

PROCURADORIA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

VP N. 016/2020 AO PL N. 299/2019 DE AUTORIA DO VER. EWERTON WANDERLEY.
EMENTA DO PL: “VEDA qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores existentes no município de Manaus e dá outras providências”.

INTERESSADO: 2ª CCJR.

PARECER

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI QUE VEDA QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO NO ACESSO AOS ELEVADORES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE MANAUS – ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO – PREVISÃO DE VETO PARA O CASO NO § 2º, DO ART. 65, DA LOMAN – MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL.

1 – REATÓRIO.

Foi encaminhado a esta Procuradoria o VP N. 016/2020 ao PL N. 299/2019 de autoria do Ver. Ewerton Wanderley, cuja ementa é: “VEDA qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores existentes no município de Manaus e dá outras providências”.

É o relatório.

2 – FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se de projeto de veto parcial ao projeto de lei que veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores existentes no município de Manaus e dá outras providências.

Na presente fase do processo legislativo, cabe a análise do veto apostado e não do projeto em si, ou seja, cabe a verificação se as razões do veto se coadunam com o ordenamento jurídico.

Conforme se observa das razões do veto, a inconstitucionalidade recai unicamente por entender-se a multa contrária ao interesse público, por mostrar-se excessiva.

O Executivo se insurge alegando ferimento da harmonia e independência dos Poderes previstos na Constituição Federal e reafirmada na LOMAN.

O § 2º, do art. 65, da LOMAN, dispõe:

§ 2º. Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao presidente da Câmara, os motivos do veto.

Dessa forma, é de se observar que o veto encontra respaldo na LOMAN, vez que detectou multa excessiva a ser aplicada.

3 – CONCLUSÃO.

Diante do exposto, constata-se que veto merece ser mantido § 2º, do art. 65 da LOMAN.

É o parecer.

Manaus, 21 de dezembro de 2020.



EDUARDO TERÇO FALCÃO
Procurador

